

Ação

Vitória, janeiro de 2015

ÓRGÃO DE COMUNICAÇÃO DO SINDIFISCAL ANO XXX Nº 154

Fiscal NA CONTRA-MÃO

O jornal A GAZETA que circulou no dia 08 de janeiro, em sua página 37 traz duas informações distintas e de certa forma curiosas, pelo antagonismo. A primeira delas é pertinente ao estado do Espírito Santo, e a chamada é: “15 APROVADOS - Governador anula nomeação de auditores”, e a segunda: “RIO DE JANEIRO - 300 vagas na Secretaria da Fazenda”. Enquanto lá o governo estadual procura suprir o quadro operacional e funcional da SEFAZ, por aqui anula-se o ato nomeativo, sem qualquer perspectiva de quando se dará a publicação correta – vez que a anulação se deu sob a justificativa de erro material no decreto publicado em 30 de dezembro.

Preocupa-nos a grande defasagem de pessoal existente no quadro de auditor fiscal, a perspectiva de novos afastamentos decorrentes de aposentadorias e a inércia do governo em enxergar esses fatos. Será que o estado do Espírito Santo não necessita garantir suas receitas tributárias? Qual o motivo que faz com que outros estados promovam concursos e nomeiem os aprovados? Será necessidade de assegurar a realização de suas receitas de impostos? Será que essa necessidade não existe em terras capixabas? De um quantitativo previsto em lei de 580 auditores fiscais há apenas 368 em atividade, com expectativa de várias aposentadorias em 2015. Existem 212 vagas não preenchidas (quantitativo em 29/10/2014); temos um concurso público realizado e ainda em plena validade; existe necessidade urgente do ingresso de novos servidores, mas não se vê preocupação nesse sentido por parte de nossos governantes. Lamentável.

Paralelamente o governo eleito fala em “dificuldades financeiras”, fala em “fisco forte”, mas até o momento não adotou nenhuma medida para enfrentar aquelas incoerências.

Lamentável também a miopia que só permite ver austeridade para evitar gastos, mas não contempla o incremento de receitas por meio de maior eficiência e eficácia nos instrumentos de controle e na fiscalização dos contribuintes, que têm a obrigação legal de recolher aos cofres públicos os impostos pagos pelo cidadão quando da aquisição de bens e serviços. O aumento do quantitativo de auditores é o melhor instrumento de

que o governo pode dispor para aumentar as receitas sem gerar aumento de impostos. A SEFAZ estará pronta a desenvolver seu papel de TRIBUTAR, de ARRECADAR e de FISCALIZAR, desde que dotada da estrutura física e, principalmente, de RECURSOS HUMANOS para levar adiante seu mister em favor da sociedade capixaba, permitindo ao Governo a realização de sua política de desenvolvimento e bem estar social. Conclamamos o governador Paulo Hartung, seus Secretários e demais Poderes constituídos a voltarem os olhos para a Secretaria de Estado da Fazenda, e vê-la como parceira; a apresentar soluções para questões essenciais à estrutura, das quais destacamos o problema gerado pelo abate-teto, o reduzido quantitativo de Auditores Fiscais. Austeridade significa responsabilidade para gastar, mas compromisso para arrecadar. Os Auditores Fiscais estão prontos ao desempenho de suas funções e a contribuir para a melhoria na arrecadação de impostos, mas têm necessidades urgentes que precisam ser atendidas.

Fisco forte e órgão independente, como citou a secretária estão concebidos na Lei Orgânica da Administração Tributária – LOAT. A LOAT concebe a Administração Tributária como “órgão de Estado”, reduzindo assim a interferência política; propõe a profissionalização completa da Administração Tributária, dotando-a de autonomia financeira, administrativa e funcional, e garantindo dotação orçamentária própria para que possa aplicar com independência os recursos de sua pasta em ações finalísticas; também estabelece normas gerais aplicáveis à Administração Tributária, a serem instituídas através de Lei Complementar, que também disporá sobre direitos, deveres, garantias e prerrogativas da carreira do Fisco. Esses conceitos estão insculpidos em proposta de Emenda à Constituição Federal – PEC 186/2007 em tramitação no Congresso Nacional. Esse é o “fisco forte”, robustecido pela Constituição Federal, com autonomia para gerir e resolver suas questões internas e operacionais. Esse “status” também pode ser conferido pelo governo estadual, trazendo para a Constituição Estadual aqueles artigos e pontos já aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania naquela Casa de Leis. Fisco Forte é o que a sociedade precisa, e o Estado carece. Com a palavra, o Governador...



CONPTAF
Promoção Funcional
Pag. 3



TRINCHEIRAS DE LUTA
PEC 186/2007; PEC 555/2006;
ABATE-TETO
Pag. 4

Encerra-se o ano de 2014 e iniciamos 2015. Algumas coisas foram conquistadas, outras não. O ano de 2015 se apresenta exigindo de nós muita coerência e espírito de luta, pois o nosso grande desafio atual consiste na extirpação do limitador de remuneração que gera o vergonhoso e nefasto “abate-teto”.

Travamos lutas e desafios ao longo de 2014, dentre os quais citamos os trabalhos desenvolvidos através da FENAFISCO em Brasília – junto ao Congresso Nacional – pela aprovação de Propostas de Emendas à Constituição para melhorias para os Fiscos e também para a Sociedade. Lutamos pela inclusão em pauta e votação da PEC 555/2006 – extinção da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas; também pela PEC 186/2007 – profissionalização completa da Administração Tributária, dotando-a de autonomia administrativa, financeira e funcional (primeiro passo para a tão almejada Lei Orgânica), e a PEC 05/2011, que estabelece teto único remuneratório para os servidores públicos. Foi um ano cheio de muitas expectativas, mas de poucas realizações. As desculpas podem ser vistas sob vários ângulos, desde a “parada” em função da copa do mundo, passando pelos vários escândalos nacionais, até a nova “parada” em função dos dois turnos das eleições majoritárias e as decorrentes indefinições até que a nova legislatura se inicie. Ações no Congresso Nacional foram recebidas a “banho-maria” pelos nossos congressistas, que não votaram nem mesmo uma única das PECs citadas.

Aqui no estado também as coisas não fluíram como necessário. Nossa “pauta de reivindicações” definida em Assembleia Geral Ordinária em março de 2014 estabeleceu os tópicos pelos quais deveríamos lutar em favor da categoria, com o objetivo de acabar com as perdas remuneratórias decorrentes do “abate-teto”. Assim, os pontos definidos foram: 1- incorporação ao subsídio do chefe do Poder Executivo Estadual dos reajustes lineares dados aos servidores do Poder Executivo a partir de 2011, e incorporação anual a partir de 2014; 2- aprovação de Emenda Constitucional instituindo subteto único para os servidores estaduais adotando por parâmetro o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça; 3- elaboração de Lei Complementar de regência de carreira de Auxiliar Fazendário, e; 4- preenchimento das vagas existentes no Grupo TAF pelos aprovados em concurso público.

Dessa pauta, vimos avanços quando da aprovação do PL 65/2014, incluindo o subsídio do Executivo no reajuste de 4,5% concedido em abril, mas não ob-

tivemos a garantia da incorporação anual. Continuamos nosso trabalho com a preciosíssima parceria da Deputada Janete de Sá, para que essa prática se tornasse corrente, e também fosse corrigida a defasagem relativa aos índices dos 3 anos anteriores. Os entendimentos junto ao secretário da Casa Civil – Thiago Hoffman foram feitos e demonstrado a ele ficou a necessidade de se fazer essa recuperação, e continuamos reivindicando e trabalhando para que tal se desse quando da fixação do valor daquela remuneração para a legislatura que se inicia em 2015. Paralelamente a esse trabalho outra frente de luta era travada através da dep. Janete de Sá, que apresentou proposta de Emenda à Constituição Estadual – PEC 08/2014 – implementando o teto único de remuneração no estado. Esse trabalho foi desenvolvido com plena ciência da Casa Civil, onde inclusive foi deixada cópia da proposta para conhecimento do Governador.

Encerrou-se o ano, e lamentavelmente a Assembleia Legislativa não fez a fixação da remuneração do chefe do poder executivo para a próxima legislatura, e também a PEC não prosperou junto àquela Casa de Leis sob alegação de “vício de origem”. Também mantivemos contato com o dep. César Colnago – vice-governador eleito, expondo o problema e solicitando dele o apoio que costumeiramente prestou às causas do Fisco. Infelizmente, até o momento, não temos nada de concreto, somente o espírito de

“ Nossas lutas nunca foram fáceis; ao contrário, as conquistas que obtivemos ao longo de nossa história foram consequência de nosso empenho, de nossa união, de nossa coerência e de nossa responsabilidade. ”

luta que sempre nos embalou. Nessa linha, nova formatação da PEC para o teto único está sendo preparada para ações junto ao novo governo que se instala em 1º de janeiro, e também – de forma paliativa – o convencimento da necessidade de a ALES promover a recomposição do subsídio de chefe do executivo em ao menos 15%. Também ainda não

obtivemos êxito no que tange às necessidades de elaboração de Lei específica para regência da carreira dos Auxiliares Fazendários, embora tenhamos formalizado o pedido e mantido conversas e entendimentos com a Secretaria de Gestão; no tocante às nomeações de novos Auditores, apenas alguns poucos.

Nossas lutas nunca foram fáceis; ao contrário, as conquistas que obtivemos ao longo de nossa história foram consequência de nosso empenho, de nossa união, de nossa coerência e de nossa responsabilidade.

As dificuldades elencadas e enfrentadas ao longo do ano nos impõe a necessidade de fortalecimento e perseverança na luta. Sabemos que essa será árdua, e mais uma vez só alcançaremos a vitória se estivermos de fato unidos e revestidos todos da responsabilidade de fortalecermos ainda mais nossa categoria, não apenas com palavras e discursos que chamem à unidade, mas também com gestos, atitudes e procedimentos que espelhem seriedade, sinceridade e compromisso para com toda a categoria.

PALAVRA DO PRESIDENTE

Ainda dentro da fase de transição de Governo do Estado, estaremos entregando aos responsáveis pela próxima gestão da Fazenda, através de nossos interlocutores, sugestões que irão dar sustentabilidade a SEFAZ, nos próximos anos, que entendemos como muito difíceis. São factíveis e fundamentais a essencialidade do trabalho dos integrantes do Grupo TAF no seu dia a dia e ao próprio coração do Estado que é a SEFAZ.

APRESENTAMOS PARA SUA APRECIÇÃO:

1 – Subsecretaria de Receita: O cargo deverá necessariamente ser mantido nas mãos de um Auditor da Receita, por ser eminentemente técnico.

2 – Flexibilidade e Racionalidade no turno de trabalho da SEFAZ: É inexplicável manter-se a dupla jornada com as claras dificuldades de transporte, trânsito, estacionamento e principalmente com o custo da própria SEFAZ com energia elétrica e dispêndio com pessoal. Certamente atenderá a todos os envolvidos e irá dinamizar o funcionamento. Órgãos como a Receita Federal implementaram inclusive a produtividade.

O melhor horário deverá ser definido entre a SEFAZ e seus servidores.

3 – Descentralização: Especificamente nas áreas Tributária e Fiscal. Dar autonomia, capacidade operacional e eficácia às Subgerências Regionais. Certamente haverá muito mais racionalidade e contenção de custos operacionais.

4 – Nomeação, em caráter de urgência, de Auditores para preenchimento do nosso quadro, hoje com 212 vagas em aberto: Com o quadro completo os Subgerentes Regionais terão pessoal e autonomia para desenvolver o trabalho.

Lembramos aos futuros gestores da Fazenda, o número de aposentadorias no Grupo TAF para os próximos anos e a necessidade de uma transição inteligente entre os que chegam, com conhecimento e os que deixam a instituição com conhecimento e experiência. Isso é imprescindível.

5 – Tabela de Subsídios AFRE's: Quando da elaboração da tabela, modelo e valores foram os possíveis para a ocasião. Hoje precisamos urgentemente de uma readequação, que a modernize e integre os interesses dos que vierem a ingressar, das diferenças dos que já estão e torná-la um instrumento que gere produtividade para a própria SEFAZ.

O aumento no inicial, incremento na parte superior, diminuindo a amplitude da tabela, reestruturando a evolução dentro da carreira. É possível modernizar.

Os caminhos para atingirmos nossos objetivos conhecemos e não são fáceis. Mas aprender com o passado, viver o presente e principalmente encarar o amanhã, é a ordem natural.

Esperamos estar juntos, unidos para enfrentarmos as dificuldades. Um Feliz Natal a todos, um ótimo 2015 e muita força e união para todos nós.

Abraços Júlio

PROMOÇÃO FUNCIONAL

O Conselho de Pessoal do Grupo Tributação Arrecadação e Fiscalização – CONPTAF – através de seu presidente, o então Secretário de Estado da Fazenda Maurício Duque, fez publicar no Diário Oficial do dia 30 de dezembro de 2014 a Resolução CONPTAF N° 001/2014 e a Resolução CONPTAF N° 002/2014. A primeira contém seu Regimento Interno, e a segunda contempla a designação dos Auditores Fiscais Francisco Costa de Andrade (presidente), Pedro Ozeas de Souza e André Gomes Santana (titulares); Érika Jamile Demoner, Andreia Cristina Moraes Freire e Antonio Hervée Lopes Pereira (suplentes) para a composição da Comissão de Promoção dos Auditores Fiscais – CPAFRE, instrumentos essenciais aos processos de PROMOÇÃO FUNCIONAL da Categoria. Os Auditores encontram-se ansiosos e necessitados de que o certame promocional relativo a 2014 seja equacionado e efetivado com a maior celeridade, pois encontra-se já às portas o certame 2015. A demora na efetivação representa grandes prejuízos aos colegas interessados e também à própria Secretaria, em sua operacionalidade.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**Sindicato do Pessoal do Grupo de Tributação, Arrecadação e Fiscalização - TAF
ELEIÇÕES TRIÊNIO 07/2015 a 06/2018**

O Presidente do SINDIFISCAL-ES, em conformidade com o disposto no artigo 51 e seguintes do Estatuto, convoca todos os associados aptos a votar e a serem votados, para as eleições gerais da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Delegados Regionais e Conselho Fiscal, a realizar-se nos dias 01 e 02 de abril de 2015, para o mandato que se inicia em 01/07/2015 e se encerra em 30/06/2018.

Serão disponibilizadas, no dia 01/04/2015, 09 (nove) URNAS ITINERANTES para coleta dos votos nos diversos municípios do estado, conforme itinerário a ser divulgado, e no dia 02/04/2015, 06 (seis) URNAS FIXAS para coleta dos votos no Edifício sede da Sefaz/ES, na Sede Social do SINDIFISCAL-ES em Vila Velha e nas sedes das Subgerências Regionais Metropolitana, Sul, Nordeste e Noroeste.

Os modelos de documentos e formulários para registro de Chapas e demais candidaturas serão disponibilizados para todos os interessados, e o prazo de inscrição será de 20 (vinte) dias, conforme determina o artigo 61 do Estatuto da Entidade, com início de contagem às 09h00m do dia 14 de janeiro de 2015 e término às 17h00m do dia 02 de fevereiro de 2015, e deverá ser realizada pessoalmente por representante da mesma diretamente na Secretaria do SINDIFISCAL-ES, localizada em sua sede administrativa na Av. Nossa S. dos Navegantes, 955 – salas 714/715 – Ed. Global Tower - Enseada do Suá – Vitória - ES, que ficará aberta para tal fim, das 09 às 17 horas, com exceção de sábados, domingos e feriados.

Vitória (ES), 13 de Janeiro de 2015.

Julio Cesar Camilo Muniz
Presidente

SINDIFISCAL-ES

TRINCHEIRAS DE LUTA

TRINCHEIRA 1 - MOBILIZAÇÃO PELA PEC 186

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC)186/2007, de autoria do deputado federal Décio Lima (PT/SC), tramita há mais de seis anos na Câmara dos Deputados e garante autonomia para a Administração Tributária e independência funcional para seus agentes. A proposta já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão Especial da Câmara de Deputados, e aguarda agora a votação no plenário da Câmara.

Em caso de aprovação da PEC, a Constituição Federal passa a prever a edição da Lei Orgânica Nacional das Administrações Tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Para Manoel Isidro, presidente da FENAFISCO, a aprovação da PEC 186 trará um ganho imenso para toda a sociedade. "A autonomia nos dará a possibilidade de trabalhar sem pressão externa e interna, permitindo um combate efetivo das injustiças tributárias, como as sonegações. Sem contar na profissionalização completa da Administração, com maior transparência,

eficiência, aperfeiçoamento interno e diminuição das pressões", aponta.

A Fenafisco com o apoio dos sindicatos filiados iniciou uma campanha publicitária com a finalidade de conscientizar cada cidadão que a PEC 186 vai impactar positivamente na vida dele. O trabalho envolve a divulgação de spot nas rádios do Brasil e as redes sociais:



FACEBOOK

www.facebook.com/186PECdaEficiencia

YOUTUBE

<https://www.youtube.com/watch?v=laHVoC3WGLE>

TRINCHEIRA 2 – PEC 555/2006

O SINDIFISCAL através da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO – encontra-se envolvido em mais uma luta em favor de nossos aposentados e pensionistas, em um trabalho incessante junto aos nossos deputados no Congresso Nacional em Brasília, no sentido de conscientizá-los da necessidade de se por fim a essa grande injustiça que é a contribuição previdenciária cobrada de aposentados e pensionistas. Para tanto nosso Sindicato envia periodicamente seus representantes a Brasília para um trabalho "corpo a corpo", capitaneado pela FENAFISCO. Lutamos pela votação e aprovação da Proposta de

Emenda à Constituição Federal de nº 555 de 2006 – PEC 555/2006, em tramitação naquela Casa. Essa luta tem sido longa e árdua, - já dura quase 8 anos – mas temos esperança de sua aprovação nesse final de ano. Pedimos aos nossos colegas e filiados que façam algum tipo de contato com deputado federal em quem votou em 2010 e solicite dele o voto favorável. Com a aprovação dessa PEC os nossos aposentados e pensionistas terão de imediato um ganho de 11% (onze por cento) em seus proventos, equivalente ao desconto previdenciário que deixará de existir. Faça também seu contato.

TRINCHEIRA 3 – ABATE-TETO

Outra importante frente de batalha é a extinção do nefasto "abate-teto", hoje subtraindo valores mensais de praticamente 80% de nossos colegas em atividade. Essa distorção absurda é decorrente de uma política salarial equivocada para os servidores do Poder Executivo, cujo erro maior consiste no congelamento do valor do subsídio do Governador. Aliado a esse fato está também o pequeno valor desse subsídio, que já apresenta defasagens de aproximadamente 15%. O Espírito Santo é um dos dois Estados da Região Sudeste que ainda mantém o subsídio do Chefe do Poder Executivo inferior aos 90,25% dos Ministros do STF. Buscamos solução para esse problema pela luta em duas frentes:

a) Manutenção de entendimentos e negociações junto à Casa Civil e à Assembleia Legislativa demonstrando a necessidade de se proceder imediatamente a incorporação dos 15% de defasagem ao subsídio do Chefe do Executivo com o compromisso do repasse anual do reajuste linear dado a todos os servidores públicos – a exemplo dos 4,5% concedido e repassado em abril desse ano; e

b) Entendimentos junto ao Governador de Estado e também da Casa Civil, com intermediação da Deputada Janete de Sá, para a propositura de uma Propos-

ta de Emenda à Constituição Estadual – PEC – para adequar a remuneração do Executivo à realidade de outros 19 estados da Federação, que já adotaram o parâmetro do sub teto dos Ministros do STF. Essas situações foram também apresentadas ao Deputado Federal Cesar Colnago – vice-governador eleito – que se mostrou sensível à causa.

Observamos que a primeira solução contempla todo o nosso contingente operacional, mas não alcança os ocupantes de cargos em comissão, para os quais a segunda solução é a ideal; essa segunda também atende as questões gerenciais da SEFAZ, visto poder o ocupante de cargo comissionado perceber em pecúnia pela responsabilidade extra que lhe está sobre os ombros. Todas as frentes de luta estão sendo exploradas; e nesse caso também solicitamos que sejam feitos contatos com o seu Deputado na ALES sensibilizando-o sobre essas questões e solicitando apoio às nossas causas.

Entendemos que o melhor para a categoria e para a sociedade capixaba é a solução através da PEC que institua o teto único remuneratório para todo o serviço público no estado, por ser princípio de justiça e equidade entre todos os Poderes do Estado.

PAINEL JURÍDICO

PAINEL JURÍDICO

1) DEVOLUÇÃO DO IPAJM

O processo que versa sobre a devolução do desconto da contribuição previdenciária dos servidores aposentados do fisco estadual, no período compreendido entre as Emendas Constitucionais 20/98 e 41/2003, e que tramita perante a 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual de Vitória (Processo nº 0025491-60.2008.8.08.0024 – nº antigo 024.08.0254915), atualmente aguarda manifestação do magistrado, que atendendo a requerimento do Sindifiscal, que peticionou nos autos, encaminhou o processo à contadoria do Fórum para atualização e adequação dos cálculos, o que, segundo o andamento processual, já teria sido promovido pelo Cartório da 2ª Contadoria.

O próximo passo do processo provavelmente deve ser o de ouvir as partes a fim de se manifestarem sobre os novos cálculos.

2) IMPOSTO SINDICAL

Acatando decisão da categoria reunida em assembleia geral extraordinária, mesmo contrariando o posicionamento colhido nas reuniões regionais, o Sindifiscal ingressou na qualidade de substituto processual de toda a categoria, no dia 29/10/2014, com mandado de segurança preventivo, objetivando impedir o desconto da contribuição sindical compulsória, também denominado de “imposto sindical”, previsto para ocorrer pela primeira vez na folha de pagamento do mês de novembro/2014.

A ação tramita perante o Tribunal de Justiça sob o nº 0027408-79.2014.8.08.0000, figurando no polo passivo somente o Estado do Espírito Santo (responsável pela retenção dos valores). O processo foi distribuído para a Desembargadora Substituta Maria do Céu Pitanga, que indeferiu a medida liminar requerida, tendo o Sindifiscal ingressado com recurso de agravo interno.

A ação do Sindifiscal vem sendo patrocinada pelo escritório de advocacia do Dr. Alexandre Buzato Fiorot, por questão de dever moral e ético, a fim de impedir viesse a ser suscitada qualquer suspeição no encaminhamento da questão, já que, mesmo sendo contrária ao desconto, a diretoria do sindicato em conjunto com seu departamento jurídico haviam emitido entendimento prévio de que seria pouco provável reverter a questão na via judicial, e ainda por temer consequências imprevisíveis. Para tanto foi ouvido previamente o Conselho de Gestão do sindical, que ratificou que deveria ser contratado um profissional externo para a propositura e acompanhamento da ação.

Para a surpresa do sindicato, no dia 30/12/2014, ao argumento de que o Sindifiscal não teria cumprido a decisão de as-

sembleia geral (sendo que já havia ingressado com a ação no dia anterior), um grupo de servidores ingressou com mandado de segurança também perante o Tribunal de Justiça (Processo nº 0027493-65.2014.8.08.0000, em que figura como relator o Desembargador Samuel Meira Brasil Junior), colocando no polo passivo além do Estado do Espírito Santo, também o Sindifiscal, inclusive alegando que este deva fazer parte da ação, pois é o beneficiário de 60% do desconto, tendo promovido a juntada da ata da assembleia em que ficou decidido pela compensação do valor descontado em favor do sindicato, tornando assim pública uma decisão interna da categoria.

Já foi providenciada a defesa do sindicato, em que foi ratificada a posição da diretoria contrária ao desconto, por entender ser ele ilegal/inconstitucional, e ratificados os termos da ação anteriormente proposta pelo Sindifiscal a fim de impedir o desconto.

Com a ação paralela proposta por alguns servidores do Grupo TAF, divulgando decisão interna da categoria e ainda deixando claro que há outros envolvidos no desconto da contribuição previdenciária além do Sindifiscal (já que este fica com 60% do valor descontado), gera uma incerteza do que possa decorrer desta ação, conforme já havíamos noticiado nas reuniões regionais, pois podem os demais beneficiários dos descontos, em demanda própria, pleitearem os valores não recolhidos dentro do prazo prescricional.

3) PRECATÓRIOS DE TRIMESTRALIDADE (AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE)

O Sindifiscal vem patrocinando a defesa nas ações declaratórias de nulidade de ato jurídico de nºs 100.080.004.870, 100.080.002.411, 100.080.005.216, 100.080.001.629, 100.080.001.694, 100.080.003.641, 100.100.017.795, 100.080.002.726, 100.080.001.579 e 100.080.001.678, propostas pelo Estado do Espírito Santo contra as partes beneficiárias dos Precatórios de nº 200.970.000.085, 200.020.000.804, 200.020.000.192, 200.970.000.416, 200.900.000.171, 200.020.000.804, 200.960.000.269, 200.970.000.077, 200.970.000.069 e 200.990.000.578, respectivamente.

A defesa vem sendo feita mesmo em precatórios acompanhados por advogados particulares, que não são originários de ações movidas pelo sindicato.

Atualmente somente as duas últimas ações declaratórias, de nºs 100.080.001.579 e 100.080.001.678, foram julgadas pelo Tribunal de Justiça, tendo sido anulados os precatórios de nºs 200.970.000.069 e 200.990.000.578. Após ingressarmos com recursos especial e extraordinário em ambos, os processos se encontram no Superior Tribunal de Justiça, o primeiro sendo relator o Ministro Benedito Gonçalves, e o segundo o Ministro OG Fernandes.

Os demais processos ainda tramitam no âmbito do Tribunal de Justiça, sendo que alguns estão suspensos aguardando o julgamento daqueles já enviados às instâncias superiores.

NOVA SEDE DA SEFAZ

Enfim a Secretaria da Fazenda está em sua nova casa. O prédio foi inaugurado em junho deste ano, e desde então se iniciou a mudança gradual do pessoal sendo finalizada no mês de dezembro.

A nova sede, localizada na Enseada do Suá, abriga os servidores que atuavam nos edifícios Aureliano Hoffmann e Rural Bank, no Centro de Vitória.

Com um total de 9 mil m² de área construída, o edifício oferece área de vivência e auditório com capacidade para 150 pessoas, sistema de cabeamento estruturado, ar condicionado central tipo VRF, quatro elevadores, vagas de estacionamento para visitantes e público interno, além de bicicletário.

O edifício foi desapropriado pelo Governo do Estado em 2005, mas as obras só começaram em junho de 2011. Como o imóvel seria um hotel, foi necessária a elaboração de um projeto para adequar arquitetura e estrutura às necessidades da SEFAZ. Os trabalhos foram coordenados pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

Além do maior conforto que a nova sede oferece aos servidores da SEFAZ, o prédio utiliza ferramentas para diminuir custos operacionais, a fim de economizar energia, e inaugura um novo conceito em infraestrutura tecnológica, colocando a Fazenda do Espírito Santo entre as mais modernas do País.

O Ação Fiscal ouviu a opinião de alguns colegas sobre o novo ambiente de trabalho, as expectativas e influência desta mudança na qualidade do trabalho.

“As expectativas foram amplamente superadas. No caso específico da GEARC, nós ocupávamos meio andar na antiga sede e hoje nós estamos num andar inteiro. A acomodação é melhor, a acústica é perfeita e a climatização é muito boa. Os colegas estão aprendendo a conviver com esta nova realidade, tendo em vista a falta de divisórias, mas está sendo um aprendizado. Certamente a qualidade do trabalho tende a melhorar significativamente, dada possibilidade de maior concentração, interação entre os colegas, equipamentos e móveis novos, cadeiras e mesas padronizadas. Essa mudança, no nosso ponto de vista, foi extremamente positiva. Acho importante ressaltar também, a facilidade de acesso para os contribuintes, pois no Centro de Vitória tínhamos todas as dificuldades de estacionamento e de locomoção. Penso que aqueles contribuintes que necessitem vir ao prédio sede também serão beneficiados. Acho que nosso trabalho aqui só tende a melhorar”.

Sergio Pereira Ricardo
Gerente de Arrecadação e Cadastro

“Bem melhor que o prédio antigo. Estou vindo da SUFIS-M e se tivesse que ir para o Centro, com certeza, não iria com a mesma motivação. O ambiente ajuda bastante no andamento do trabalho, mas temos que melhorar algumas práticas internas, o próprio andamento do trabalho da Secretaria”.

Alexandre Pelisson Manente Campos
Auditor Fiscal

“Creio que as novas instalações agora estão compatíveis com a importância da atividade que nós desenvolvemos. Tanto em relação à localização, quanto a questão da modernidade fazem com que os setores estejam mais próximos e isso facilita o tratamento com os colegas e viabiliza operacionalmente algumas questões. Aqui, em relação à Gerência Fiscal, existe a necessidade de que haja um pouco mais de privacidade. Algumas divisórias deveriam ser instaladas, por conta das questões que envolvem a nossa atividade. É preciso separar o ambiente em que a pessoa será atendida daquele ambiente em que você está discutindo questões que envolvem o sigilo fiscal. Fora isso, creio que estamos no caminho adequado. Bastando agora, o Fisco receber o mesmo tratamento que as instalações onde o Fisco está colocado. Se isso ocorrer, eu creio que nós vamos ter um avanço em relação a Receita Estadual. Não tenho dúvida nenhuma”.

Mauro Deserto Braga
Auditor Fiscal

“Sem dúvida, as instalações do novo prédio são bem melhores que a do Centro, contribuem e muito para um melhor desempenho das atividades do dia-dia, sem falar no estacionamento que no Centro não existia. Entretanto, o trânsito de contribuinte, contadores, dentre outras pessoas na recepção do nosso andar, que não possui divisórias, tira total privacidade de tratamento de assunto no tocante ao sigilo fiscal, pois este modelo proporciona ruído de comunicação. Mas é importante destacar, que a mudança para nova sede, já vem contribuindo para o trabalho do Fisco. E a nomeação de novos auditores é fundamental para que o trabalho seja mais produtivo, e assim sem dúvidas a arrecadação tende a aumentar.”

Leandro Gonçalves Kuster
Supervisor de Varejo - Gerência Fiscal

“A comodidade é bem melhor que a do prédio antigo. Desde que entrei para o fisco em 1974 é o melhor local em que já trabalhei. Sem dúvidas as instalações contribuem muito para o bom andamento do trabalho”.

Luiz Pereira Gama
Auditor Fiscal

“As novas instalações atenderam plenamente as expectativas, sobretudo no aspecto da acessibilidade. O acesso em nossa antiga sede, no Centro da cidade, era muito difícil. As pessoas não tinham como estacionar o carro, mesmo as saídas nas imediações do prédio eram muito complicadas por conta da situação. Não tinha garagem, nem estacionamento, então dificultava muito. Aqui na Enseada a vantagem é que o acesso é muito bom, tanto para quem vem de Vila Velha, Centro da cidade ou Jardim da Penha. Então nessa questão da acessibilidade aqui é muito bom. A estrutura do prédio também é muito boa, os locais são adequados e tranquilos. A questão da acústica, no caso do Conselho, é fundamental e no prédio antigo era uma questão muito difícil. Então esse *upgrade* foi uma mudança bem significativa. Aqui ainda faltam alguns detalhes, por exemplo, na sala presidência é preciso melhorar a questão da privacidade”.

de. Já solicitamos uma cortina para cobrir o vidro da divisória, pois às vezes, um Conselheiro, um Procurador do Estado ou representante de Federação quer ter uma conversa particular e a transparência do vidro dificulta a privacidade. No plenário do Conselho também estamos ajustando alguns problemas, temos questões pendentes de solução. Uma delas é a sonorização, mas a Secretaria já está envidando esforços pra superar essas dificuldades. Temos também a questão do piso, que ficou com muitas tomadas visíveis no chão. Essas são situações que estamos tentando superar. Mas de uma maneira geral os trabalhos estão a todo vapor e estamos com uma satisfação muito grande por estarmos alojados aqui neste prédio. Quando o espaço é adequado facilita muito o trabalho e as pessoas se sentem valorizadas por estar trabalhando em um local mais aprazível, aconchegante e limpo. Isso contribui significativamente para o melhor desempenho, pois a pessoa se sente mais feliz, disposta e confortável. Estar num local mais adequado representa muito para qualidade de vida do servidor”.

João Antônio Nunes da Silva
Presidente do Conselho
Estadual de Recursos Fiscais

“A mudança foi muito boa. A GETRI, da forma em que ficou, está ótima. Nosso trabalho não permitia espaço aberto, por isso realizamos um grande trabalho junto ao Secretário para que nos atendesse. Aqui trabalhamos com análise e julgamento de processos em primeira instância, com atendimento ao contribuinte, elaboramos a Legislação Tributária, orientação presencial ao contribuinte, então não tínhamos condições de trabalhar em ambiente aberto como nas outras áreas. Estamos numa situação diferenciada das demais gerências, mas para que isso ocorresse foi necessário muito esforço. Está todo mundo feliz com a mudança, um incentivo para desenvolver melhor nossa atividade.

de. Estamos bem em termos de instalações, o local é silencioso, não se escuta nenhum ruído externo. Temos algumas adaptações a serem feitas, ainda faltam duas divisórias na sala dos novos auditores e no expediente. Isso se faz necessário porque nossa demanda de processos é muito grande, temos dias em que as mesas ficam cheias, portanto a sala não pode ficar aberta. É questão de sigilo fiscal. Em geral achei muito boa esta mudança, agora temos um prédio moderno, com ótima localização. Essa mudança era aguardada há muito anos, por isso estamos todos muito satisfeitos. Na questão do desempenho de nosso trabalho, com o novo ambiente, tende a melhorar. Mas temos outras situações desmotivadoras dentro da SEFAZ, que são do conhecimento de todos, que precisam ser solucionadas”.

Maria Teresa de Siqueira Lima
Gerente Tributária

Resposta da SEFAZ

Quanto à reclamação de alguns servidores de que seria necessária a colocação de divisórias na GEFIS, a Secretaria da Fazenda esclarece que durante a obra da nova sede o layout da disposição das equipes no prédio foi discutido com todas as gerências e seu pessoal e as mudanças requisitadas foram realizadas. Porém, novas demandas de alteração poderão ser analisadas e atendidas quando possível.



Área de Vivências dos servidores



As novas instalações da GEARC



Na GEFIS a única reclamação é em relação à falta de divisórias. Falta privacidade para o atendimento



Nas novas instalações do CERF, destaque para o auditório amplo e moderno e para Sala do Advogado, espaço preparado para receber estes profissionais



Hall de entrada e recepção



GETRI: Destaque para a divisão dos setores e para sala de arquivo, projetada especialmente para este fim



Balancete abril 2014

Saldo anterior

Caixa	257,89
Banestes Cta 1.702.554	26.799,42
Banestes Cta 6.193.023	432,17
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	346.021,67
Coopifisco Cta 2921-1	-
TOTAL	373.512,76

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Ativos (Abril)	102.170,00
Outras Receitas	885,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.194,29
Receita de Associados	5.193,60
Receita de Aluguel	1.137,65
TOTAL	114.580,54

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	9.581,61
I.N.S.S. S/NFS	1.880,45
F.G.T.S.	4.411,79
TOTAL	15.873,85

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/Salários	4.787,30
IRRF S/NFS	171,69
PIS S/Salários	299,46
ISS S/ Serviços	858,45
PIS/COFINS/CSLL	798,36
TOTAL	6.915,26

DESPESAS C/ PESSOAL

Assistência Médica	3.651,64
Salários	15.544,15
Vale Transporte	857,20
Vale Refeição	10.231,50
TOTAL	30.284,49

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	1.730,00
Serviços Manutenção Sede Social	20.361,70
Serviços Prestados Assist. Jurídica	1.187,74
Serviços Prestados -PJ	-
TOTAL	23.279,44

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	27,79
Água e Saneamento	2.706,03
Aluguel	552,00
Assinatura Sky	180,60
Associação da Classe	-
Aluguel de Móveis P/Festa	920,00
Cheques Compensado	10.464,81
Cheques Compensar	(279,11)
Combustível	2.158,12
Condomínio	2.462,31
Contribuição Fenafisco	3.248,40
Correios e Malotes	311,16
Contribuição Sindical	559,78
Custas e Taxas de Cartório	232,34
Despesa com Gráfica	-
Despesas C/Estacionamento	573,72
Despesas c/Informática	839,89
Despesas C/Veículos	325,39
Emprestimo Coopifisco	70,00
Energia	5.019,73
Rescisão	862,38
Impostos e Taxas	4.119,06
	340,34

Instalações	3.135,00
Jornais e Revistas	922,00
Limpeza e Conservação	50,00
Locação de Veículo	-
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	350,00
Maquinas e Equipamentos	1.259,10
Material de Consumo	2.061,06
Material de Copa e Cozinha	130,00
Material de Escritório	315,94
Material de Higiene e Impeza	1.587,73
Medicamento	59,65
Pedágio	16,00
Propaganda e Publicidade	-
Refeições e Lanches	576,63
Repasso Coopifisco	1.568,65
Seguros	416,25
Telefone	2.132,92
Viagens e Hospedagens/Passagens	2.409,78
TOTAL	52.380,06

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	590,05
Despesas Financeiras	201,75
TOTAL	791,80

Saldo Banco/Caixa

Caixa	1.847,20
Banestes Cta 1.702.554	15.804,14
Banestes Cta 6.193.023	270,72
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	337.769,85
Coopifisco - 2921-1 / 10792-1	2.874,88
TOTAL	358.568,40

TOTAL	488.093,30	488.093,30
--------------	-------------------	-------------------

Balancete maio 2014

Saldo anterior

SALDO ANTERIOR EM 31/04/2014

Caixa	467,20
Banestes Cta 1.702.554	17.184,14
Banestes Cta 6.193.023	270,72
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	337.769,85
Coopifisco Cta 2921-1	2.874,88
TOTAL	358.568,40

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Ativos (Maio)	101.960,00
Outras Receitas	1.614,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.844,42
Receita C/Associados	7.954,00
Receita de Aluguel	1.137,65
TOTAL	118.510,07

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE VITÓRIA

Acesso a Internet	27,79
Aluguel de Móveis P/Festa	-
Assistência Contábil	1.380,00
Assistência Jurídica	156,64
Contribuição Sindical	-
Correios e Malotes	-
Combustível	2.032,38
Condomínio	2.246,34
Contribuição Fenafisco	3.248,40
Cópias e Autenticações	-
Custas e Taxas de Cartório	19,83
Despesas Bancárias	716,96
Despesas Financeiras	209,95
Despesas C/Estacionamento	216,00
Despesas C/Informática	1.507,99
Despesas c/ Pedágio	67,60

Despesas C/Veículos

Energia	246,28
F.G.T.S.	2.485,50
Férias	-
Rescisão	-
Despesas Gráficas	240,00
I.N.S.S.	10.709,29
I.N.S.S. S/NFS	1.880,45
I.R.R.F. S/Salários	325,39
I.R.R.F. S/NFS	171,69
I.S.S.	858,45
Jornais e Revistas	-
Locação de Veículo	-
PIS/COFINS/CSLL	798,36
Impostos e Taxas	-
Material de Copa e Cozinha	-
Manutenção de Máquinas/Bens e Equipamentos	-
Maquinas e Equipamentos	-
Medicamentos	22,08
Material de Consumo	609,98
Material de Escritório	4,00

SUB TOTAL

SUB TOTAL	30.181,35
(-)Cheques a Compensar	(10.209,38)
Cheques a Compensado	279,11
Emprestimo coopifisco	5.000,00
Pis S/Folha de Pagamento	335,09
Plano de Saúde - Assistência Médica	3.242,82
Propaganda e Publicidade	278,40
Limpeza e Conservação	23,90
Refeições e Lanches	213,88
Repasso Coopifisco	2.423,32
Salários	21.632,99
Telefone	1.590,46
Vale Refeição	10.209,50
Vale Transporte	752,40
Viagens e Estadas	2.305,50
TOTAL	68.259,34

DESPESAS SEDE SOCIAL DE VILA - VELHA

Água e Saneamento	1.688,37
Assinatura SKY	180,60
Energia	42,90
Material de Uso e Consumo	129,00
Material Higiene e Limpeza	1.513,32
Serviços de Manutenção Sede Social	18.467,34
Telefone/Internet	229,80
Seguros	-
TOTAL	22.251,33

DESPESAS SUBSEDE ORDEM - CACHOEIRO

Aluguel	552,00
Condomínio	67,00
Energia	1.025,91
Material de Uso e Consumo	-
Instalações	1.600,00
Plano de Saúde	327,00
Telefone	263,89
Viagens e Estadas	500,00
Vale Transporte	105,40
Material de Higiene e Limpeza	350,00
SUB TOTAL	4.791,20

Saldo Banco/Caixa

Caixa	1.764,24
Banestes Cta 1.702.554	39.450,19
Banestes Cta 6.193.023	433,55
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	337.252,13
Coopifisco Cta 2921-1 / 10792-1	2.874,88
TOTAL	381.776,60

TOTAL	477.078,47	477.078,47
--------------	-------------------	-------------------

Balancete junho 2014

Saldo anterior

SALDO ANTERIOR

Caixa	1.764,24
Banestes Cta 1.702.554	39.450,19
Banestes Cta 6.193.023	433,55
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	337.252,13
Coopifisco Cta 2921-1	2.874,88
TOTAL	381.776,60

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA

Ativos (Junho)	101.880,00
Outras Receitas	1.396,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	488,49
Receita de Associados	7.062,14
Receita de Aluguel	1.137,65
TOTAL	111.964,28

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	8.950,12
I.N.S.S. S/NFS	1.880,45
F.G.T.S.	2.249,25
TOTAL	13.079,82

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/Salários	2.596,68
IRRF S/NFS	171,69
PIS S/Salários	281,16
ISS S/ Serviços	858,45
PIS/COFINS/CSLL	798,36
TOTAL	4.706,34

DESPESAS C/ PESSOAL

Assistência Médica	3.833,45
--------------------	----------

Salários	21.580,26
Vale Transporte	747,20
Vale Refeição	9.859,25
TOTAL	36.020,16

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	1.440,00
Serviços Manutenção Sede Social	18.683,20
Serviços Prestados Assist. Jurídica	156,64
Serviços Prestados -PJ	-
TOTAL	20.279,84

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso a Internet	30,01
Água e Saneamento	1.197,33
Aluguel	552,00
Assinatura Sky	190,60
Associação da Classe	-
Aluguel de Móveis P/Festa	-
Cheques Compensado	10.209,38
Cheques Compensar	(12.709,38)
Combustível	2.661,67
Condomínio	2.292,91
Contribuição Fenafisco	3.248,40
Correios e Malotes	31,80
Contribuição Sindical	-
Custas e Taxas de Cartório	218,61
Despesa com Gráfica	95,00
Despesas C/Estacionamento	236,00
Despesas c/Informática	839,89
Despesas C/Veículos	849,91
Emprestimo Coopifisco	-
Energia	673,84
Férias	1.943,03
Impostos e Taxas	340,34
Festas e Confraternizações	6.690,00
Jornais e Revistas	68,40
Limpeza e Conservação	-

Locação de Veículo	-
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	-
Maquinas e Equipamentos	1.097,90
Material de Consumo	37,00
Material de Copa e Cozinha	698,26
Material de Escritório	4.164,10
Material de Higiene e Impeza	61,17
Medicamento	55,70
Pedágio	105,88
Propaganda e Publicidade	478,80
Refeições e Lanches	278,65
Repasso Coopifisco	1.705,79
Taxas Municipais	105,88
Telefone	2.073,54
Viagens e Hospedagens/Passagens	1.250,00
TOTAL	31.667,53

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	646,98
Despesas Financeiras	-
TOTAL	646,98

Saldo Banco/Caixa

Caixa	2.140,07
Banestes Cta 1.702.554	50.675,12
Banestes Cta 6.193.023	333,71
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	333.984,96
Coopifisco - 2921-1 / 10792-1	204,74
TOTAL	387.340,21

TOTAL	493.740,88	493.740,88
--------------	-------------------	-------------------

Balancete julho 2014

Saldo anterior

Caixa	2.140,07
Banestes Cta 1.702.554	50.675,12
Banestes Cta 6.193.023	333,71
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	333.984,96
Coopifisco Cta 2921-1	204,74
TOTAL	387.340,21

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA	
Ativos (Julho)	101.450,63
Outras Receitas	2.139,65
Rendimentos de Aplicações Financeiras	12.638,63
Receita de Associados	7.065,86
Receita de Aluguel	-
TOTAL	123.294,77

IMOBILIZADO

Veículo	33.800,00
TOTAL	33.800,00

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	8.950,12
I.N.S.S. S/NFS	2.075,15
FG.T.S.	2.249,25
TOTAL	13.274,52

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/Salários	2.630,59
IRRF S/NFS	189,47
PIS S/Salários	281,16
ISS S/ Serviços	947,35
PIS/COFINS/CSLL	881,03
TOTAL	4.929,60

DESPESAS C/PESSOAL

Assistência Médica	3.835,95
Salários	21.225,56
Vale Transporte	947,63
Vale Refeição	9.854,50
TOTAL	35.863,64

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	1.380,00
Serviços Manutenção Sede Social	17.679,47
Serviços Prestados Assist. Jurídica	156,64
Serviços Prestados -PJ	-
TOTAL	19.216,11

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso à Internet	30,01
Água e Saneamento	954,85
Aluguel	1.104,00
Assinatura Sky	194,41
Associação da Classe	-
Brindes	5.000,00
Cheques Compensado	12.709,38
Cheques Compensar	(10.209,38)
Combustível	2.395,18
Condomínio	2.351,34
Contribuição Fenafisco	3.248,40
Correios e Malotes	144,00
Contribuição Sindical	-
Custas e Taxas de Cartório	9,66
Despesa com Gráfica	3,50
Despesas C/Estacionamento	215,00
Despesas c/informática	842,89
Despesas C/Veículos	1.203,00
Empréstimo Coopifisco	-
Energia	3.415,75
Festas e Contraterrações	300,00
Impostos e Taxas	-
Instalações	-
Jornais e Revistas	968,40

Limpeza e Conservação	3.478,80
Locação de Veículo	-
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	-
Uniformes	1.728,00
Material de Consumo	327,23
Material de Copa e Cozinha	-
Material de Escritório	-
Material de Higiene e Impeza	-
Medicamento	-
Pedágio	33,80
Propaganda e Publicidade	-
Refeições e Lanches	286,47
Repasse Coopifisco	1.394,74
Seguros	321,61
Telefone	2.064,00
Viagens e Hospedagens/Passagens	1.100,00
TOTAL	35.615,04

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	664,89
Despesas Financeiras	38,14
TOTAL	703,03

Saldo Banco/Caixa

Caixa	1.520,77
Banestes Cta 1.702.554	21.945,79
Banestes Cta 6.193.023	6.982,68
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	336.584,59
Coopifisco - 2921-1 / 10792-1	197,60
TOTAL	367.233,04
TOTAL	510.634,98

Balancete agosto 2014

Saldo anterior

Caixa	1.520,77
Banestes Cta 1.702.554	21.945,79
Banestes Cta 6.193.023	6.982,68
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	336.584,59
Coopifisco Cta 2921-1	197,60
TOTAL	367.233,04

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA	
Ativos (Agosto)	101.240,00
Outras Receitas	745,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-
Receita de Associados	5.504,46
Receita de Aluguel	1.137,65
TOTAL	108.627,11

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	9.196,86
I.N.S.S. S/NFS	2.075,15
FG.T.S.	2.293,86
TOTAL	13.565,87

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/Salários	2.596,68
IRRF S/NFS	189,47
PIS S/Salários	286,73
ISS S/ Serviços	947,35
PIS/COFINS/CSLL	881,04
TOTAL	4.901,27

Salários	18.947,56
Vale Transporte	844,40
Vale Refeição	10.317,25
TOTAL	33.745,16

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	1.380,00
Serviços Manutenção Sede Social	16.630,14
Serviços Prestados Assist. Jurídica	880,64
Serviços Prestados -PJ	-
TOTAL	18.890,78

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso à Internet	30,01
Água e Saneamento	853,93
Aluguel	50,00
Assinatura Sky	190,60
Aluguel de Máquinas	250,00
Brindes	933,76
Cheques Compensado	10.209,38
Cheques Compensar	(100,00)
Combustível	1.763,17
Condomínio	2.113,55
Contribuição Fenafisco	3.248,40
Correios e Malotes	1.341,86
Instalações	100,00
Custas e Taxas de Cartório	24,89
Despesa com Gráfica	705,00
Despesas C/Estacionamento	204,00
Despesas c/informática	839,89
Despesas C/Veículos	40,00
Despesa C/Floricultura	250,00
Energia	2.269,12
Férias	2.083,28
Impostos e Taxas	137,50
Festas e Contraterrações	18.062,00
Jornais e Revistas	2.861,80

Seguros	557,19
Locação de Veículo	1.800,00
Locação de Equip. Sonóforos	415,00
Móveis e Utensílios	3.346,10
Material de Consumo	693,86
Material de Copa e Cozinha	78,00
Material de Escritório	155,00
Material de Higiene e Impeza	595,03
Medicamento	45,74
Pedágio	37,10
Propaganda e Publicidade	-
Refeições e Lanches	329,12
Repasse Coopifisco	1.394,74
Taxas Municipais	-
Telefone	1.808,09
Viagens e Hospedagens/Passagens	1.100,00
TOTAL	60.837,11

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	639,66
Despesas Financeiras	2.901,51
TOTAL	3.541,17

Saldo Banco/Caixa

Caixa	1.155,04
Banestes Cta 1.702.554	26.534,06
Banestes Cta 6.193.023	197,57
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	312.283,08
Coopifisco - 2921-1 / 10792-1	207,43
TOTAL	340.378,79
TOTAL	475.860,15

Balancete setembro 2014

Saldo anterior

Caixa	1.155,04
Banestes Cta 1.702.554	26.534,06
Banestes Cta 6.193.023	197,57
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	312.283,08
Coopifisco Cta 2921-1	207,43
TOTAL	340.378,79

RECEITA OPERACIONAL

RECEITA EFETIVA	
Ativos (Setembro)	101.000,00
Outras Receitas	986,40
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-
Receita de Associados	7.290,10
Receita de Aluguel	1.137,65
TOTAL	110.414,15

OBRIGAÇÕES SOCIAIS

I.N.S.S.	8.458,13
I.N.S.S. S/NFS	2.075,15
FG.T.S.	2.132,58
TOTAL	12.665,86

OBRIGAÇÕES FISCAIS

IRRF S/Salários	2.596,68
IRRF S/NFS	189,47
PIS S/Salários	266,57
ISS S/ Serviços	947,35
PIS/COFINS/CSLL	881,04
TOTAL	4.881,11

Vale Transporte	745,60
Vale Refeição	9.950,25
TOTAL	34.039,78

SERVIÇOS PRESTADOS TERCEIROS

Serviços Prestados Assist. Contábil	1.380,00
Serviços Manutenção Sede Social	17.220,54
Serviços Prestados Assist. Jurídica	161,34
Serviços Prestados -PJ	-
TOTAL	18.761,88

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acesso à Internet	30,01
Água e Saneamento	1.196,10
Aluguel	602,00
Assinatura Sky	190,60
Aluguel de Máquinas	-
Brindes	10.000,00
Cheques Compensado	100,00
Cheques Compensar	-
Combustível	2.464,48
Condomínio	2.038,64
Contribuição Fenafisco	3.248,40
Correios e Malotes	1.684,00
Instalações	-
Custas e Taxas de Cartório	10,17
Despesa com Gráfica	-
Despesas C/Estacionamento	215,00
Despesas c/informática	1.142,89
Despesas C/Veículos	40,00
Despesa C/Floricultura	-
Energia	2.477,03
Férias	-
Uniformes	1.987,60
Festas e Contraterrações	-
Jornais e Revistas	256,80

Seguros	321,61
Reembolso de Despesa	160,61
Limpeza e Conservação	370,00
Móveis e Utensílios	3.346,10
Material de Consumo	466,05
Material de Copa e Cozinha	-
Material de Escritório	438,17
Material de Higiene e Impeza	1.265,36
Medicamento	-
Pedágio	27,30
Propaganda e Publicidade	-
Refeições e Lanches	318,88
Repasse Coopifisco	1.540,02
Taxas Contribuições	1.028,10
Telefone	2.162,33
Viagens e Hospedagens/Passagens	1.100,00
TOTAL	40.228,25

DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Bancárias	705,39
Despesas Financeiras	204,86
TOTAL	910,25

Saldo Banco/Caixa

Caixa	693,80
Banestes Cta 1.702.554	22.972,87
Banestes Cta 6.193.023	788,11
Banestes Cta 20.043.048 (Poupança)	1,61
Aplicação Coopifisco	314.667,82
Coopifisco - 2921-1 / 10792-1	181,60
TOTAL	339.305,81
TOTAL	450.792,94

Expediente

SINDIFISCAL-ES
União dos Profissionais do Grupo IRRF no ES

Av Nossa Senhora dos Navegantes, nº 955 Edifício - Global Tower - Salas 714 E 715
 Enseada do Suá CEP: 29050335 - Vitória ES. Telefone: 3325-3439
 e-mail - fisco@sindifiscal-es.org.br - <http://www.sindifiscal-es.org.br> -
 CNPJ: 272394410001/05

Subsede Cachoeiro
 Praça Jerônimo Monteiro, 21 - sala 101 - Centro
 Tel.: (28) 3521-7630/7629
 e-mail - sindifiscal-cachu@veloxmail.com.br

Presidente: Júlio César Camilo Muniz
dinadm@sindifiscal-es.org.br

Vice-Presidente: Délio Castello

Diretor Tesoureiro: José Carlos Martinelli
cmartinelli@sindifiscal-es.org.br

Diretor Administrativo: Walker Ricardo Pinto
wricardopinto@gmail.com

Diretor Jurídico: Manoel Rodrigues Bernardo
mbernardo@sindifiscal-es.org.br

Diretor de Aposentados e Pensionistas: Orlando Fernandes Pereira
orlandofernandespereira@hotmail.com

Diretor de Comunicação: Antonio Carlos Cruz
dcacc@sindifiscal-es.org.br
Jornalista: Adriana Nobre

Editoração Eletrônica
 Oficina de Letras Comunicação
 27 3222-6955

Impressão:

Dossi Editora Gráfica
Tiragem: 1.500 exemplares

Fale com o Ação Fiscal
 GERAL / REDAÇÃO / NOTÍCIAS / ANÚNCIOS
 TELEFONE: 27 3325-3439 - jornal@sindifiscal-es.org.br

"O conteúdo das matérias publicadas neste informativo são de inteira responsabilidade da diretoria do Sindifiscal e os artigos assinados, responsabilidade dos seus autores."

FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO DA COOPFISCO -2014

No dia 06/12/2014, na Sede Social do Sindifiscal, a Coopfisco realizou a Confraternização Anual dos Cooperados. Este ano, com número recorde de participantes, o evento reuniu mais de 200 pessoas entre associados e familiares. Contou também com as ilustres presenças do Vice- Governador eleito César Colnago, Deputada

Estadual Janete de Sá e Prefeita de São José do Calçado Liliansa Maria Rezende Bullus.

A palestra "O Sucesso é ser Feliz", ministrada por Marcelo Vieira, foi o ponto forte da confraternização. Seguida dos sorteios de 18 brindes entre eles duas cestas natalinas completas.



AÇÕES DE DIVULGAÇÃO

Nos dias 18 e 19/11/2014, a Coopfisco recepcionou os servidores e funcionários da nova sede da SEFAZ com banner de boas vindas e distribuição de picolés da Ferry como sobremesa.

Promoção

Indique um Amigo

Faça igual a associada Maria Auxiliadora que já indicou 2 amigos e está na disputa pelos 2 prêmios de R\$ 1.000,00

ACESSE NOSSO SITE E CONFIRA O REGULAMENTO
WWW.COOPFISCO.ORG.BR

COOPFISCO
Sua cooperativa de crédito

NATAL DO FISCO

No dia 18 de dezembro a categoria se reuniu na Sede Social de Vila Velha para tradicional confraternização de Natal. Um almoço delicioso ao som de uma boa música na companhia dos amigos.

O Vice-governador eleito Cesar Colnago e a deputada estadual Janete de Sá participaram do evento e agradeceram o apoio que receberam nas eleições. Aproveitaram para reafirmar o compromisso com a categoria.

Para encerrar a festa foram sorteados brindes oferecidos pela Unimed e sindicato.

Agradecemos a todos que abraçaram a Campanha Natal Solidário com a doação de brinquedos e fizeram o Natal de uma criança ainda mais feliz.



Confraternização

CONFRATERNIZAÇÕES REGIONAIS

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM



COLATINA





FISCO NO ESPORTE

Texto de Marcos Tavares

No dia 11 de dezembro foi realizada, pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Sesport), a 1ª Corrida SERvidor Atleta. O evento, realizado na orla de Vila Velha, teve percurso de 6,8 km e contou com a participação de 450 servidores estaduais e municipais.

Dentre os participantes, estavam alguns servidores da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-ES) e, dentre esses, os auditores (AFREs) Maria Gorete de Oliveira e Marcos Tavares. Conseguiram ambos a 1ª classificação em suas respectivas categorias. Assim, além de vistosa medalha alusiva ao evento também receberam um emblemático troféu.

Marcos Tavares, 58 anos, é já praticante de corrida pedestre desde os idos de 1977. Um dia antes de oficializar ingresso na SEFAZ-ES, em 21/05/1984, aprovado que fora no concurso público de 1984, obteve o 2º lugar numa Meia Maratona, em que correu inteiramente descalço, chegando bem próximo ao primeiro colocado. Nessa prova litorânea, embora ele em situação precária, cobriu em 29min32 segundos os 6.800 metros.

Maria Gorete pratica corrida e natação, além de exercícios de alongamentos. Mesmo no nível geral obteve uma ótima performance, competindo com gente muito mais

jovem. Pretende ela participar da famosa Corrida de São Silvestre.

“Acho tremendamente prazeroso nadar, mas só a natação não atendia totalmente o objetivo da saúde, pois há quase 20 anos que tenho osteopenia e precisava de atividade de impacto. Daí comecei as corridinhas e gostei”, comemora a colega.

Para 2015 seu objetivo no esporte é treinar totalmente em sua equipe de triatlão para iniciantes. “Se Deus quiser, sem nenhuma auto cobrança de performance integrar de verdade a equipe da qual já participo só na corrida. Para o meu prazer, tentarei seguir o grupo, no meu ritmo que a idade e limitações permitem. Quem sabe até participar de competições. Estou bastante motivada e fico feliz de impactar o meio que convivo ao mostrar a vitalidade. Não canso de ouvir as mulheres bem mais jovens lá na academia e do triatlão dizerem que querem ser igual a mim “quando crescer”.

Tanto ela quanto Tavares buscam, com tais práticas, exercitar o corpo e a mente, assim obtendo satisfação pessoal e alívio face o stress cotidiano a que é imposto a todo cidadão urbano, mormente um servidor fazendário, tal a responsabilidade funcional.



FALECIMENTOS

É com grande pesar que comunicamos o falecimento de:

- Abel Avila Machado** – 26/04/2014 – Aposentado
- Alvino Cabalini** – 29/05/2014 – Aposentado
- Judith da Costa Avelar** – 03/07/2014 - Pensionista
- Joao de Deus Machado Pimentel Filho** – 20/07/2014 - Aposentado
- Dorio Fraga Castello** – 10/08/2014 – Aposentado
- Jorge Tito Rocha Thevenard** – 12/08/2014 – Aposentado
- Maria Nazareth Gonçalves** – 16/08/2014 – Pensionista
- Ana Corrêa Magalhães** – 06/10/2014 – Pensionista
- Dilma Lino de Barros** – 14/10/2014 - Pensionista
- Orbélío de Rezende Figueira** – 15/10/2014 – Aposentado
- Edmundo Gama** – 07/11/2014 - Aposentado
- Ailson Alves Machado** – 06/11/2014 – Aposentado